

PATRIMÔNIO MATERIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: O CASO DO SOLAR DO BARÃO DE SANTARÉM

Adrielle Cristina Maciel de Aranjó¹

RESUMO

A relação entre patrimônio material e sociedade pode ser estabelecida por meio do conhecimento e reconhecimento dos espaços históricos como portadores de uma memória coletiva, sendo a prática da Educação Patrimonial no ambiente escolar apontada como um meio eficiente para realizar essa mediação entre a comunidade e os bens culturais locais. Neste sentido, este texto tem como objetivo demonstrar o potencial informativo das construções históricas e sua utilização para o ensino de História, tomando como exemplo o caso do Solar do Barão de Santarém. Considera-se o conceito de memória de Pierre Nora (1993), o qual afirma que esses lugares guardam a memória de seu tempo através de seus traços arquitetônicos. Para construção deste texto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o Solar do Barão em Estefany Couto (2013), Nelson Papavero e William L. Overal (2011). Foram analisadas fontes primárias como jornais e registros fotográficos, além da realização de uma visita ao Solar do Barão, na qual foi produzido o material fotográfico do casarão presente neste trabalho. O uso didático dos casarões históricos contribui para a valorização da história local e a formação da consciência histórica, tornando o aprendizado mais dinâmico e possibilitando aos alunos aprenderem sobre aspectos gerais do conteúdo obrigatório, ao mesmo tempo em que estudam a própria História.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio histórico. Santarém. Educação Patrimonial.

MATERIAL HERITAGE IN HISTORY TEACHING: THE CASE OF SOLAR DO BARÃO DE SANTARÉM

ABSTRACT

The relationship between material heritage and society can be established through the knowledge and recognition of historical spaces as bearers of a collective memory, and the practice of Heritage Education in the school environment is pointed out as an efficient mean to carry out this mediation between the community and the local cultural goods. In this sense, this text aims to demonstrate the informative potential of historical buildings and their use for teaching History, taking as an example the case of Solar do Barão de Santarém. Pierre Nora's concept of memory (1993) is considered, which states that these places keep the memory of their time through their architectural features. For the construction of this text, a bibliographical research was carried out on the Solar do Barão in Estefany Couto (2013), Nelson Papavero and William L. Overal (2011). Primary sources such as newspapers and photographic records were analyzed, in addition to a visit to the Solar do Barão, in which the photographic material of the mansion present in this work was produced. The didactic use of historic mansions contributes to the appreciation of local history and the formation of historical awareness, making the learning process more dynamic and enabling students to learn about general aspects of the mandatory subject while studying History itself.

KEYWORDS: Historic heritage. Santarém. Heritage Education.

¹ Licencianda em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: adriellemaciel77@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930, o governo brasileiro, representado pela figura de Getúlio Vargas, adotou políticas relacionadas a preservação do patrimônio cultural do Brasil, na perspectiva de valorizar a cultura brasileira e criar uma identidade nacional. Para isso, em 1937 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), hoje chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que desde então vem trabalhando no tombamento para preservação dos espaços considerados como importantes para a história da nação brasileira. Segundo Maria Amélia Corá:

A proposta de concepção do Sphan sofreu forte influência do pensamento modernista brasileiro, resultado da Semana de Arte Moderna de 1922. A aproximação entre o Sphan e o modernismo se deu principalmente a partir da elaboração do Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, em 1936, por Mário de Andrade, a pedido do então ministro de Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (CORÁ, 2014, p. 1095).

Para a proposta original do patrimônio artístico, a arte erudita e popular constituía a cultura do país. Contudo, o decreto de estruturação do Sphan (1937) foi menos amplo e considerou como patrimônio cultural do Brasil:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (IPHAN, 1937, art. 1º).

Desse modo, houve maior reconhecimento dos bens materiais, principalmente das grandes construções do período colonial. Essa decisão fica evidente, por exemplo, no tombamento quase imediato – já em 1938 – da cidade de Ouro Preto (MG), do Centro Histórico de Salvador (BA) e do Colégio dos Jesuítas (PR), espaços valorizados por suas características arquitetônicas barrocas, heranças da dominação colonial de Portugal e símbolos do poder das elites ao longo da história do Brasil.

A partir de 1979, sob a direção de Aloísio Magalhães, o Iphan começou uma nova fase, partindo da compreensão de que “o bem cultural deveria ser apreendido no seu sentido mais amplo e abrangente” seguindo os princípios “do reconhecimento da pluralidade, da interação das diferentes culturas” de modo a corresponder os anseios da população brasileira (IPHAN, 1997, p. 5). Somando-se a esse processo, a Constituição Federal de 1988 ampliou seu conceito de patrimônio, contribuindo significativamente para que os bens imateriais (danças, saberes, festas) se consolidassem no rol das patrimonializações, valorizando as formas de expressão cultural presentes nos diversos segmentos

sociais que formam o país. Entretanto, nosso estudo se concentra na discussão sobre os patrimônios materiais arquitetônicos, ou seja, construções antigas que ainda permeiam a paisagem das cidades como testemunhas do seu tempo, constituindo-se vestígios do passado no presente e que carregam algum significado para a comunidade local.

A relação entre patrimônio e sociedade precisa ser estabelecida inicialmente através do conhecimento e reconhecimento desses espaços como portadores de uma memória coletiva. Nesse sentido, o Iphan aponta a prática da Educação Patrimonial como meio eficiente para realizar a mediação entre a comunidade e os bens culturais locais, criando “espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio” (IPHAN, 2014, p. 23). A Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan – CEDUC, afirma que:

a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (IPHAN, 2014, p. 19).

A partir da possibilidade e da importância de se desenvolver a Educação Patrimonial em diversas instituições públicas, veremos neste trabalho que as escolas regulares são ambientes com potencial para inserção de recursos educativos capazes de estimular a formação da consciência histórica nos indivíduos. O ambiente escolar se apresenta como um dos espaços abertos ao desafio da Educação Patrimonial “e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa” (BITTENCOURT, 2008, p. 277), buscando discutir temas culturais a fim de gerar a valorização e preservação do patrimônio histórico por meio reconhecimento e identificação com a cultura local.

Este texto tem como objetivo mostrar o potencial informativo das construções históricas e as possibilidades de sua utilização no ensino de História, tomando como objeto de estudo o *Solar do Barão de Santarém*. Empregaremos o conceito de “lugares de memória” de Pierre Nora (1993) o qual afirma que esses espaços guardam a memória de seu tempo e, desse modo, nos permite acessar aspectos de sociedades passadas através de seus traços arquitetônicos. A escolha do Solar do Barão se deve ao fato de ser o segundo prédio mais antigo de Santarém, construído em meados do século XIX, e por pertencer a uma das figuras mais conhecidas da história da cidade, Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém.

2. METODOLOGIA

Para construção deste trabalho, realizamos inicialmente uma pesquisa bibliográfica sobre a questão do Patrimônio Cultural no Brasil, bem como a estruturação do Iphan, a necessidade da Educação Patrimonial e, principalmente, sua aplicação no ensino regular e o diálogo com a disciplina História. Também consultamos fontes a respeito do Solar do Barão com o objetivo de identificar sua data de construção, características arquitetônicas, organização da estrutura e os modos de utilização do casarão, além de abordar a vida do próprio Barão de Santarém e sua influência no meio social. Para isso, tomamos como referência alguns trabalhos como a dissertação de Estefany Couto (2013), que trata sobre os casarões históricos de Santarém e apresenta detalhes da estrutura externa e interna do Solar do Barão, além de discutir o estilo arquitetônico e características coloniais. Também citamos obras de autores locais como Wilde Dias da Fonseca (1996) e Paulo Rodrigues dos Santos (1999), para informações sobre Santarém no século XIX.

Para as informações referentes ao Barão de Santarém, utilizamos a obra de Nelson Papavero e William L. Overal (2011), que ao tratar de aspectos históricos da região de Santarém, aborda parcialmente a vida de Miguel Antônio Pinto Guimaraes e sua autoridade política e econômica na cidade. Analisamos fontes primárias como jornais e registros fotográficos antigos, coletados em acervos de referência como a Biblioteca Central da UFOPA, o Blog do Padre Sidney Canto: história, memória e cultura da região Oeste do Pará e o Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas. Realizamos ainda uma visita ao Solar do Barão, onde foi produzido o material fotográfico do casarão presente neste trabalho. No entanto, não recebemos autorização para adentrar o prédio que atualmente se encontra fechado e com estrutura deteriorada.

Os dados coletados das fontes bibliográficas, imagéticas e documentais a respeito do Solar do Barão foram cruzados com outras bibliografias, como o texto *Quintais Urbanos: Funções e Papéis na Casa Brasileira e Amazônica*, de Helena Tourinho e Maria Silva (2016), que forneceu a base para as discussões sobre os comportamentos sociais do período, como a arquitetura das casas da classe dominante, a busca dessa elite local pelos ideais da cultura europeia, a presença da escravidão doméstica em Santarém e a representatividade do Solar do Barão para a sociedade contemporânea, assim como seu valor histórico na atualidade.

A análise das informações obtidas sobre a vida do Barão de Santarém, por sua vez, abriu espaço para tratar questões como a desigualdade socioeconômica crescente em Santarém a partir do século XIX com o lucrativo comércio do cacau na região, criando abismos econômicos entre os grupos sociais

e fazendo com que figuras locais se tornassem cidadãos “ilustres”, dotados de grande notoriedade. Além disso, destacamos o domínio do setor público pelas elites e os privilégios concedidos às classes abastadas.

3. PATRIMÔNIO MATERIAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

No Brasil, a ideia de patrimônio nasceu atrelada ao conceito de identidade, mais precisamente de identidade nacional. A criação do Sphan, em 1937, fez parte de uma política do Estado Novo varguista que pretendeu valorizar a História Nacional, e para isso, buscou mapear e patrimonializar espaços que gerassem identificação nos cidadãos. Nesse sentido, a patrimonialização de casarões considerados históricos ganhou força. Desde o tombamento da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, foram tombadas diversas outras casas herdadas de diferentes épocas do Brasil, como o Palacete do Batel (1914), no Paraná; o Palacete Pedro Osório (1901), no Rio Grande do Sul ou a Casa da Ipiranga (1884), no Rio de Janeiro.

Todavia, a tentativa de formar uma homogeneidade cultural brasileira acabou privilegiando espaços ligados aos poderes políticos, religiosos e militares do país, representantes da chamada história oficial. Essa tendência também se deve ao fato de que as edificações correspondentes à classe dominante foram construídas com matéria-prima durável se comparadas às construções populares, ficando estas últimas mais vulneráveis à ação consumidora do tempo. As políticas de desapropriação de território e remanejamento de população² ocorridas ao longo da história do Brasil, também foram responsáveis pelo desaparecimento de vários espaços de cultura popular.

Casas, igrejas, teatros, engenhos, museus, templos, pontes e torres são exemplos de patrimônio histórico arquitetônico, construções que devido suas durabilidades atravessam épocas e costumes diferentes, tornando-se testemunhos do passado. Logo, podemos dizer que esses espaços guardam parte da memória de seu tempo em seus estilos artísticos, suas técnicas de construção e no poder de representação cultural que possuem, podendo contribuir para o entendimento da história local ao longo do tempo.

Para ser mais coerente, utilizamos o conceito do francês Pierre Nora que chama esses espaços de “lugares de memória”, e segundo ele:

² Como exemplo de remanejamento de população ocorrido no Brasil, podemos citar as transformações urbanísticas feitas no Rio de Janeiro em 1808 para receber a Família Real portuguesa, resultando na retirada de moradores do Centro e demolição de suas habitações. (Ver: CARVALHO, Amanda. *O Rio De Janeiro a partir da chegada da corte portuguesa: planos, intenções e intervenções no século XIX*. 2014).

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo que o antigo, mais o jovem que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 12-13, grifo do autor).

Assim, para Nora (1993) os “lugares de memória” são espaços reivindicados pela História como detentores de uma memória coletiva, e que através deles, a própria História constrói narrativas e representações daquilo que não mais existe. A constituição desses espaços não é espontânea, mas surge da necessidade de preservação da memória. O conceito de Nora é amplo e se estende a outros “lugares” além dos monumentos, mas sua discussão em torno da valorização da memória vai de encontro ao atual processo de “patrimonialização” desses espaços e daquilo que representam.

No caso de casarões históricos, é importante levar em consideração que “normalmente os monumentos históricos são marcos de pessoas poderosas ou do poder oficial e, portanto, esses poderiam ser vistos como os construtores exclusivos da memória histórica” (BITTENCOURT, 2008, p. 279), podendo representar uma minoria social e financeiramente privilegiada. Porém, mesmo diante desse aspecto elitista, consideramos os casarões testemunhos do tempo vivido e capazes de informar sobre sociedades passadas. Para Cristina Freire, “como documentos, os monumentos são criações marcadas social e historicamente; testemunham, porém, melhor a época de sua execução do que o período que pretendem evocar” (FREIRE, 1997, p. 88), além disso, o caráter urbano dessas construções permite que haja uma proximidade arquitetônica e cultural entre passado e presente.

Portanto, ao mesmo tempo em que o patrimônio arquitetônico informa sobre o passado também estabelece uma relação com o presente, por esse motivo, pode apresentar-se como uma importante ferramenta para o ensino de História, pois é visto como um vestígio da ação humana carregado de historicidade e em constante diálogo com outras temporalidades. Dessa maneira, ao serem utilizadas como fontes históricas, essas construções possibilitam o aprendizado e a compreensão dos períodos históricos em que estiveram inseridas, promovendo identificação para com o bem cultural e o reconhecimento de seu valor para a história local.

Um grande desafio para o ensino de História atualmente vem sendo tornar os conteúdos escolares da disciplina significativos para os alunos, de modo que possam relacionar as aulas de História com a realidade em que vivem. Para Schmidt e Cainelli (2009), uma das formas de criar essa relação é

através de metodologias que ultrapassem os muros da escola, buscando no estudo da história local elementos que permitirão ao aluno se reconhecer dentro dos processos históricos.

A inclusão da questão patrimonial no ensino de História oferece uma contribuição importante para uma aprendizagem significativa, pois parte de elementos do cotidiano dos alunos, encorajando-os a olharem de outras maneiras para o lugar em que vivem e se perceberem como agentes sociais a partir do processo de valorização da própria identidade cultural. Sobre isso, nos explica Claudia Teixeira:

Ações educativas nesse sentido são importantes na medida em que os indivíduos precisam, para se reconhecerem e se diferenciarem de outros, de um “espelho” onde seja possível ver a própria vida, a própria cultura, a própria história e as próprias práticas e, com isso, construir a sua memória afetiva e sua identidade cultural (TEIXEIRA, 2008, p. 206).

Desse modo, a autora propõe a Educação Patrimonial nas escolas como um meio eficaz para construir uma relação de pertencimento com os espaços de memória e, a partir daí, a valorização deles. Essa relação é construída na medida em que o aluno conhece a história do lugar em que vive e é capaz de se reconhecer nela. Por isso, essas ações educativas estão atreladas ao conhecimento local, já que a proposta é justamente trabalhar aspectos do entorno do aluno como arquitetura, vocabulário, canções, artes, danças, comidas e outras expressões culturais. O estudo da localidade, no entanto, não pretende romper com a história geral do Brasil, mas dar visibilidade também aos acontecimentos, costumes e manifestações culturais próprias do lugar, por vezes ignorados pela perspectiva nacional.

Quando nos propomos a explorar a história de determinada localidade, estamos nos debruçando sobre o passado que une tal sociedade. Os eventos históricos podem refletir de maneiras distintas em cada grupo social, porém, é indiscutível o fato de que esses acontecimentos constroem uma memória coletiva, ou seja, compartilhada por todos. A constituição dessa memória faz com que as pessoas criem laços de pertencimento com o lugar, como nos explica Circe Bittencourt:

A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo (BITTENCOURT, 2008, p.169).

Conforme exposto por Bittencourt (2008), a memória coletiva pode estar presente nos espaços da cidade, sendo possível abordar o patrimônio no ensino de História utilizando as construções locais que de alguma forma guardam a memória dessa sociedade. Considerando, portanto, essas construções

como lugares históricos, os professores podem se valer desse conhecimento em sala de aula para acessar o passado através dos traços arquitetônicos desses monumentos, lembrando que o estudo desses espaços pode levar os alunos ao entendimento de outras mentalidades e organizações sociais, ao mesmo tempo em que oferece meios para o desenvolvimento da Educação Patrimonial.

Uma das dificuldades que se apresenta no trabalho com esse tipo de patrimônio histórico em sala de aula é o tratamento que a população normalmente lhes confere. Na maioria dos casos, esses espaços enfrentam a barreira da invisibilidade, ou seja, não são percebidos pelas pessoas, mesmo se tratando de construções de grande porte que na maioria das vezes estão localizadas em bairros nobres ou nos centros das cidades há décadas ou até séculos.

A essa invisibilidade são atribuídos alguns motivos prováveis, como a ausência de identificação da coletividade com os monumentos que, como já citado, tendem a representar o poder de uma elite e igualmente reforçam a desigualdade social; a falta de acesso a esses espaços, pois quando direcionados à atividade turística são transformados “em polo de turismo para os ‘de fora’ e de lazer para as classes abastadas” (BONDUKI, 2010, p. 331); somado a isto, existe a deterioração do patrimônio devido a falta de iniciativa pública para o tombamento e preservação, que acaba incentivando o descaso popular.

Assim, a Educação Patrimonial se apresenta como meio capaz de manifestar a potencialidade dos monumentos através de um trabalho de análise de suas características históricas. Mas como lidar com o patrimônio histórico em sala de aula? Segundo Helena Pinto (2017), a educação patrimonial deve ser introduzida no ensino de História por meio de critérios metodológicos que tornem a aprendizagem significativa, para isso, deve-se “selecionar conteúdos relacionados com a história local, introduzindo de forma interessante e adequada ao currículo a abordagem do patrimônio” (p. 211), de modo que a investigação das fontes patrimoniais propicie o desenvolvimento da consciência histórica.

Após selecionar o patrimônio que melhor se encaixa no conteúdo a ser trabalhado, aconselha-se uma visita prévia como maneira de estabelecer o contato entre os alunos e a fonte patrimonial. Bittencourt (2008, p. 281) aponta alguns procedimentos necessários para este tipo de estudo do meio, são eles: reconhecimento do espaço social e listagem das fontes; estudo bibliográfico prévio do local; definição da problemática/tema; estruturação de um roteiro; preparação de um caderno de campo; execução do estudo do meio em si; e, por fim, a avaliação dos dados coletados em campo.

No entanto, caso não seja possível³ realizar a visitação, essa análise também pode ser realizada a partir da exibição de imagens do patrimônio. Em sala, o professor deve explorar as informações disponíveis sobre a construção histórica em questão, como localização, primeiro proprietário, formas de uso, data de início e término da obra, detalhes da arquitetura, influências artísticas, engenheiro responsável (caso houver) e até mesmo a procedência dos materiais usados. Ainda segundo Pinto (2017), esse conhecimento “estimula a consciência crítica em relação às nossas crenças e identidades, assim como a outras culturas, nomeadamente pela partilha de valores com outras sociedades” (p. 211).

Depois de coletados, esses dados precisam ser contextualizados para que o monumento possa de fato “falar” sobre seu tempo e sobre a conjuntura social e política a que pertenceu, por isso, alguns dados se mostram mais relevantes. As datas de início e término da obra, por exemplo, são de suma importância para que possamos compreender o contexto social do período e perceber as características temporais marcadas naquela construção. Assim, o contato do aluno com essas informações o coloca diante de uma temporalidade diferente da sua, lhe fazendo reconhecer as mudanças ocorridas ao longo dos anos, os processos históricos, dos quais o patrimônio analisado é resultado ou sofre influências.

Por se tratar de bens geralmente pertencentes a membros de uma elite local, identificar os materiais e técnicas empregados na construção também pode nos informar sobre a economia da época, já que o nível de riqueza do proprietário determinava a procedência dos materiais e, dependendo do período histórico, o tipo de mão de obra utilizada – livre ou escrava. Considerar a vida do proprietário é outro fator importante para o uso didático dos patrimônios históricos. Por meio de uma breve análise podemos conhecer sua profissão, origem familiar, poder aquisitivo, classe social e atuação pública. Com base nesses dados, acessaremos o lugar social da propriedade patrimonializada, ou seja, seus objetivos e representações no meio social.

4. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO EM SANTARÉM: POSSIBILIDADES DE USO DO SOLAR DO BARÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Santarém é uma cidade amazônica localizada na região oeste do Estado do Pará, na confluência entre os rios Amazonas e Tapajós. Atualmente, é o terceiro município do Pará. Em número de habitantes e tem sua economia baseada principalmente no cultivo de soja e mandioca. Ao longo do século XIX, Santarém foi marcada pelo desenvolvimento da agricultura e do comércio de produtos

³ Este tipo de visitação requer a autorização da escola, dos pais dos alunos e do responsável pelo monumento, caso seja privado; além de toda estrutura necessária para transporte e organização dos alunos. Por estas e outras eventuais razões, por vezes a visitação poderá não ser realizada.

naturais como o cacau e a borracha, permitindo que a cidade experimentasse um período de crescimento demográfico e econômico.

A cidade passou então a apresentar características mais urbanas, percebidas no traçado reto das ruas e na construção de lojas e casas, cada vez mais inspiradas em estilos arquitetônicos europeus, símbolos do poder aquisitivo dos grandes produtores locais. Alguns desses prédios datados dos séculos XIX sobreviveram ao tempo e permeiam até hoje a paisagem do centro da cidade como herança material de um período importante da história, considerados patrimônio cultural de Santarém.

Com o objetivo de demonstrar a potencialidade do patrimônio histórico arquitetônico para o ensino de História, tomaremos como exemplo um dos casarões históricos da cidade de Santarém, conhecido popularmente como *Solar do Barão de Santarém*, uma casa construída no século XIX e que apresenta poucas intervenções em sua estrutura original. Buscaremos analisar a capacidade desse monumento como fonte a ser utilizada em sala de aula, partindo de seus traços arquitetônicos para compreender o contexto social da cidade em questão no século XIX, ou seja, explorar seu potencial de informar sobre as relações sociais e econômicas numa cidade amazônica daquele contexto e as representações que esse espaço carrega até o presente como patrimônio local, mesmo que ainda não tombado pelo IPHAN.

O Solar do Barão de Santarém (Fig. 01) é o mais antigo, e talvez o mais imponente dos prédios oitocentistas da cidade de Santarém. Seu nome é uma referência a Miguel Antônio Pinto Guimarães (filho), o Barão de Santarém, seu primeiro proprietário. O Solar é uma construção com aspectos coloniais, composta por três pavimentos, sendo o térreo direcionado para atividades comerciais e os outros dois para fins residenciais; é composto por sete portas no primeiro andar, sete janelões no segundo e outros três janelões no último pavimento.

Estima-se que o Solar do Barão tenha sido construído no final da primeira metade do século XIX, pois por volta de 1820 o viajante naturalista Von Martius em passagem por Santarém nos conta que “fileiras de casas de um só pavimento formavam a rua principal e outras laterais” (COUTO, 2013, p. 72). Já em 1848, segundo Paulo Rodrigues dos Santos, a cidade de Santarém antes composta por “três ruazinhas da roça, cheias de casinhas baixas e modestas, pintadas de branco, inclusive algumas cobertas de palha, no centro da Vila, agora já ostentava bons prédios de alvenaria, alguns com dois pavimentos” (SANTOS, 1999, p. 259), uma possível referência ao Solar do Barão.

O Solar do Barão possui uma das características mais marcantes da arquitetura do século XIX por se tratar de um “sobrado”, ou seja, tipo de “habitações de dois pavimentos que possuíam espaço

‘sobrado’ ou ‘ganho’ devido à presença de um soalho suspenso” (TOURINHO e SILVA, 2016, p. 339) e não por acaso esse estilo arquitetônico carrega um significado em si. Gilberto Freyre afirma em *Sobrados e Mucambos* (1977) que no século XIX a casa assobradada se tornara a moradia urbana da aristocracia, representando uma espécie de “casa nobre” da cidade, que assumira o papel da antiga casa-grande das propriedades rurais. Sendo assim, podemos dizer que esse estilo de moradia se tornou o tipo de residência comum da elite nas zonas urbanas.

Deste modo, este aspecto do Solar do Barão pode ser utilizado em sala de aula para demonstrar o ideal de vida erudito europeu presente em Santarém no século XIX, já que se constituía em uma casa pensada para atender as necessidades de uma família elitista que buscava manifestar seu poder econômico, político e social através dos bens materiais, como a própria casa e sua mobília, que apontam para referenciais europeus.

[...] a casa, à margem do Rio Tapajós, magnífica, apresentando no andar térreo sete janelas de frente. Sucediã-se os aposentos limpos bem mobiliados; na sala de visitas via-se até piano vertical. Tudo muito bem arranjado: e sem a criadagem fusca na casa, julgar-se-ia não estar no Brasil, para não falar no Tapajós (AVÉ-LALLEMANT apud FONSECA, 1996, p. 983).

A partir do relato acima, feito em 1859 pelo viajante alemão Robert Christian Avé-Lallemant, os alunos poderão ser estimulados a identificar os elementos presentes na casa que refletem esses ideais da cultura erudita oitocentista, como o piano na sala de estar. O termo “criadagem fusca” também pode ser tomado como ponto de partida para um debate sobre a escravidão doméstica em Santarém, instigando os alunos a reconhecerem a presença dessa população negra escravizada no cotidiano da cidade e sua relação com o meio social, introduzindo o tema do comércio escravista na Amazônia.

Outro ponto a ser problematizado é a fachada do Solar do Barão, em estilo neoclássico⁴, aparentemente construída a imitar a fachada do então Palácio do Governo, em Belém (Fig. 02), nos levando a associar essa atitude a uma busca do Barão em equiparar seu poder político exercido em Santarém ao poder oficial exercido pela Província. A partir disso, os alunos podem analisar a representatividade desta casa tanto para a sociedade santarena quanto para os viajantes que passavam pela cidade durante o século XIX, como símbolo de riqueza e poder, possivelmente causando admiração e se destacando em meio à paisagem de casas modestas.

⁴ O neoclassicismo é um estilo arquitetônico que se popularizou no Brasil a partir da chegada da família real portuguesa em 1808. Tem origem na Europa e inspira-se na antiga cultura clássica greco-romana. No Brasil, a busca pelo estilo neoclássico era feita por uma elite ascendente que pretendia imitar os padrões de ‘bom gosto’ e ‘nobreza’ dos europeus.

Figura 01. Solar do Barão de



Fonte: Arquivo pessoal. 2018.

Figura 02. Palácio Lauro Sodré, antigo Palácio do Governo da Província, em Belém.



Fonte: IPHAN.

O Solar do Barão conserva muitos detalhes de sua arquitetura que remetem ao padrão de luxo do século XIX, como as portas entalhadas, mecanismos para entrada de luminosidade, detalhes decorativos na platibanda, colunas, gradil de ferro decorado e linhas geométricas harmoniosas comuns ao estilo clássico, sendo que alguns desses materiais foram trazidos por navios de outras localidades (COUTO, 2013). O Solar do Barão contém ainda um brasão gravado no frontão do prédio, costume comum entre famílias de status social elevado e que possuíam algum título de nobreza. Para Fonseca (1996), os ramos do brasão simbolizavam as armas do Barão, deixando claro o prestígio e autoridade desse cidadão.

Diante disso, cabe a questão: quem foi Miguel Antônio Pinto Guimarães, o Barão de Santarém? Nascido na própria Vila de Santarém em 08 de janeiro⁵ de 1808, foi filho de Miguel Antônio Pinto Guimarães e Tereza Joaquina de Jesus. A primeira menção de seu nome feita em documento público foi em 1831, como participante de uma reunião convocada pelo comandante militar João Batista da Silva para tratar sobre a defesa da Vila de Santarém contra uma revolta feita pelos “facciosos partidários” do cônego Batista Campos (PAPAVERO e OVERAL, 2011). Segundo Augusto Meira Filho, o futuro Barão teria:

[...] começado sua vida pobremente, pescando para sobreviver, e depois se transformando em dono de muitas embarcações pesqueiras, e mais tarde em dono de fazendas em Prainha, em Monte Alegre, em Alenquer, cacauais, engenhos de açúcar [Taperinha], plantações de borracha e seringais nativos e silvestres, tornou-se um homem absolutamente rico, a tal ponto de deixar para os filhos da esposa que teve da Baronesa, um bom começo de vida, afora as joias da esposa que eram um

⁵ As fontes consultadas apresentaram discordância em relação ao mês de nascimento de Miguel Antônio Pinto Guimarães. FONSECA (1996) afirma que a data de nascimento do Barão seria 08 de janeiro de 1808; já em PAPAVERO; OVERAL (2011) a data apresentada é 08 de junho de 1808.

sem número de pedras preciosas que tocaram às seis filhas legítimas (MEIRA FILHO apud PAPAVERO e OVERAL, 2011, p. 43).

No entanto, há algumas incongruências a respeito da origem “pobre” de Miguel Antônio Pinto Guimarães, já que seu pai (de mesmo nome) possuía o título de “capitão” e foi descrito como um comerciante português que prosperou na Vila de Santarém onde se instalou em 1790, além disso, seu nome é mencionado em uma Carta de Sesmaria de janeiro de 1804 recebendo terras na Ilha de Ituqui (PAPAVERO e OVERAL, 2011, p.25). Embora sua origem econômica seja controversa, fato é que Pinto Guimarães tornou-se um cidadão ilustre na região do Tapajós, conquistando o apreço de alguns viajantes em passagem por Santarém, como o famoso naturalista inglês Henry Walter Bates, em 1851:

A pessoa mais importante, senhor Miguel Pinto de Guimarães, é natural do lugar e exemplo da facilidade com que a inteligência e o trabalho encontram recompensa no sábio governo do Brasil. [...] É homem pálido, grave, inteiramente encanecido, embora de [mais] idade. Tratei com ele durante muito tempo e apreciei sua sinceridade e retidão de seus atos. Quando cheguei a Santarém era ele o delegado de polícia. É algum tanto intransigente, tanto na repartição como na vida privada, para com os pequenos delitos de seus concidadãos, mas é muito respeitado (BATES, 1944, p. 10).

Como já citado, outro admirador da trajetória e atuação pública do futuro Barão de Santarém foi Avé-Lallemant, recebido pelo próprio ao desembarcar em frente à Vila, ao qual entregou uma carta de recomendação, sendo convidado a se hospedar em sua tão elogiada residência:

[...] outra [carta] para o tenente-coronel e comandante, Miguel Antônio Pinto Guimarães, um dos homens de grande prestígio na província e o primeiro em Santarém. [...] Interessou-me especialmente o velho comandante, [...] homem que se fez por si e que, como me disseram, iniciara sua carreira no Tapajós, dirigindo sua própria canoa, na qual seu pessoal tapuia se entregava à pesca. Chegara a acumular uma fortuna de 300.000 táleres, com uma indústria tão simples, o que não é por certo fácil. Seu começo e seu fim muito honram o velho, que me pareceu invejado por muitos (AVÉ-LALLEMANT apud PAPAVERO; OVERAL, 2011, p. 45).

Através desses relatos temos a dimensão da popularidade deste “homem de grande prestígio”, respeitado tanto na Vila de Santarém quanto por estrangeiros que passavam ou se instalavam. Por volta de 1865, estabeleceu uma sociedade com o norte-americano Romulus J. Rhome numa fazenda que ficou conhecida posteriormente como Fazenda Taperinha, onde funcionou o engenho de açúcar mais próspero da época e o único com moinhos movidos a vapor. Por lá se fabricavam outros produtos como “excelentes vinhos de laranja, cacau, cana, caju, etc.” (GUILHON apud PAPAVERO e OVERAL, 2011, p. 46), além de todos os produtos necessários para manter Rhome e sua família na propriedade e ainda a população escrava que trabalhava na fazenda.

Além de empresário bem-sucedido em vários setores, Pinto Guimarães ocupou diversos cargos públicos na Vila de Santarém. Segundo Fonseca (1996), ele também foi “Juiz de Paz, Coletor de Rendas Provinciais, Comandante da Guarda Nacional, Vereador e Presidente da Câmara entre 1848 e 1876, Deputado Provincial, Vice Presidente da Província do Grão-Pará, chegando a Presidente da Província” (FONSECA, 1996, p. 67). Recebeu o título de Barão de Santarém em 17 de maio de 1871, agraciado pela Princesa Isabel durante o período da Regência do Império.

Essas informações sobre a vida particular e pública do Barão possibilita a discussão sobre a estrutura social de Santarém no século XIX, considerando que, segundo as fontes, Miguel Antônio Pinto Guimaraes foi homem de grande poder aquisitivo, dono de engenho, prósperas plantações de cacau e fazendas de gado, parceiro comercial de importantes empresários e senhor de muitos escravos que lhe serviam tanto na produção agrícola como em sua própria residência, tudo isto dentro de uma sociedade majoritariamente constituída por pescadores e pequenos agricultores.

Fica evidente, portanto, o enorme abismo socioeconômico entre a elite a qual pertenceu o Barão e a população menos favorecida de Santarém nesse período, comprovado inclusive pela estrutura e arquitetura das casas da cidade, onde o Solar do Barão se destacava de tal maneira que era como “não estar no Brasil, para não falar no Tapajós”. (AVÉ-LALLEMANT apud FONSECA, 1996, p. 983). Assim, poderemos utilizar esses dados para identificar e avaliar a desigualdade social existente em Santarém durante o século XIX, lembrando aos alunos que também existiam relações de interdependência entre esses grupos sociais. Além disso percebe-se uma estreita relação entre o público e o privado que resulta numa sociedade onde a classe dominante detém o domínio sobre esfera pública, sendo possível estabelecer uma relação com os mesmos temas na atualidade.

Além das questões socioeconômicas, a arquitetura do Solar do Barão revela costumes referentes ao ambiente doméstico, privacidade e gênero, muito valorizados pela elite oitocentista. Construído segundo os padrões coloniais, encontramos no Solar as mesmas características descritas por Nestor Reis Filho sobre a organização e função dos cômodos na casa colonial brasileira:

As salas da frente e as lojas aproveitavam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e dos locais de trabalho. Entre estas partes com iluminação natural situavam-se as alcovas, destinadas à permanência noturna e onde dificilmente penetrava a luz do dia. (REIS FILHO *apud* TOURINHO; SILVA, 2016, p. 639).

Considerando as semelhanças entre o Solar do Barão com a descrição acima, percebemos que a arquitetura do Solar reflete a preocupação de seu dono com a privacidade familiar, já que apresenta

cômodos com abertura para a rua e outros mais ao fundo da casa, ocultos ao olhar externo. Podemos, então, considerar que os costumes expostos por Reis Filho também se aplicavam à família do Barão, ficando as mulheres a ocupar espaços menos visíveis, como as alcovas e a cozinha, enquanto os homens desfrutavam do privilégio de circular entre os espaços abertos. Quantos aos escravos domésticos, provavelmente tinham suas instalações no andar térreo do casarão e no quintal, juntamente com as mercadorias comercializadas, comum na época.

O Solar do Barão recebeu outro tipo de uso ao longo de sua história, foi palco de grandes eventos sociais em Santarém. Canto (2015), através de trecho retirado do jornal *Tapajoense*, conta que em dezembro de 1856 o prestigiado Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães ofereceu um luxuoso baile em sua residência, onde compareceu a alta sociedade santarena para desfrutar de “deliciosas bebidas” e músicas “divinas”, tendo a festa durado até a madrugada. Canto (2017) cita outro baile realizado no Solar do Barão, registrado no jornal *A Cidade* em fevereiro de 1925, este descrito como um “baile de máscaras” em referência ao tema carnavalesco da festa destinada à “nossa mocidade”. Um terceiro evento foi publicado pelo jornal *Gazeta do Norte*, em maio de 1931, quando o casarão sediou a “Festa das Flores”, uma noite musical regida pelo consagrado maestro José Agostinho (CANTO, 2017).

Com base nessas maneiras de utilização do casarão, é possível tratar temas recorrentes no século XIX e que são complexos de demonstrar de maneira prática no ensino regular, como a questão do gênero e o papel social da mulher, tomando como exemplo a restrição delas à espaços de grande exposição; a objetificação do negro escravizado, instalados juntamente com as mercadorias a serem comercializadas; ou as formas de entretenimento da alta sociedade que, mesmo celebrando as mesmas datas comemorativas (carnaval), preferia divertir-se separada da massa popular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado neste trabalho, o patrimônio histórico arquitetônico detém um enorme potencial informativo sobre os períodos aos quais pertenceram, e por isso apresentam amplas possibilidades de uso no ensino de História. Segundo Bittencourt, a Educação Patrimonial dentro das escolas visa “concorrer para rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacionais” (BITTENCOURT, 2008, p. 278), assim, ao utilizar o potencial dos casarões históricos estamos contribuindo para valorização da identidade cultural, além de tornar o aprendizado mais dinâmico e prático.

No entanto, sabemos que a supervalorização do patrimônio arquitetônico tende a expressar uma visão elitista da cultura, já que “esse modelo de escolha de bem cultural segue a tendência de preservar o patrimônio relacionado com uma história considerada ‘legítima’ pela classe dirigente do país” (CORÁ, 2014, p. 1098). Por isso, o trabalho de mediação do professor aparece como primordial para manter o equilíbrio da narrativa e não privilegiar a história das elites de modo a revelar outros grupos sociais também presentes na história dos casarões como mulheres, negros escravizados e indígenas, orientando-se por objetivos associados à pluralidade das nossas raízes e matrizes étnicas (BITTENCOURT, 2008, p. 278).

Além dos tipos de documentos explorados neste trabalho, outras fontes também podem apresentar dados sobre o potencial informativo dos casarões históricos, uma delas é a literatura brasileira. Romances do século XIX costumam oferecer ampla descrição do ambiente interno dessas casas e do cotidiano de suas famílias, podendo ser grandes aliados na busca pelo conhecimento das funções e representações de cada cômodo. Por se tratar de obras de ficção, é necessário cautela ao lidar com esse material em sala de aula para que sejam respeitadas a liberdade de criação de cada autor e a credibilidade da disciplina histórica.

O tema a ser abordado por cada professor vai determinar os aspectos do casarão que serão trabalhados e o tipos de fontes que serão utilizadas nas aulas, de modo que se encaixem ao conteúdo obrigatório de História, sempre respeitando o estágio de aprendizado dos alunos. Como já citado neste trabalho, a prioridade neste tipo de estudo do meio é a visita ao patrimônio em questão para que se estabeleça o contato pessoal do aluno com o lugar, porém, diante da eventual impossibilidade de uma visita prévia, pode-se utilizar fotografias, jornais (antigos e contemporâneos), entrevistas, documentários, etc. O uso didático do patrimônio arquitetônico no ambiente escolar será capaz de construir a base para o desenvolvimento da Educação Patrimonial, promover a valorização da história local e a formação da consciência histórica.

REFERÊNCIAS

BATES, Henry Walter. **O Naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Candido de Mello Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2v. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrrj.br/handle/doc/323>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

CANTO, Sidney. A festa das flores no “Solar do Barão de Santarém” – 1931. **Blog do Padre Sidney Canto**: História, Memória e Cultura da Região Oeste do Pará. 29 mai. 2017. Disponível em: <https://sidcanto.blogspot.com/2017/05/a-festa-das-flores-no-solar-do-barao-de.html>. Acesso em 25 jun. 2020.

CANTO, Sidney. Artigo: Carnavais santarenos de antigamente... (Parte 01). **Blog do Padre Sidney Canto**: História, Memória e Cultura da Região Oeste do Pará. 5 fev. 2017. Disponível em: <https://sidcanto.blogspot.com/2017/02/artigo-carnavais-santarenos-de.html>. Acesso em 25 jun. 2020.

CANTO, Sidney. Um Baile no casarão do Barão de Santarém – 1856. **Blog do Padre Sidney Canto**: História, Memória e Cultura da Região Oeste do Pará. 7 dez. 2015. Disponível em: <https://sidcanto.blogspot.com/2015/12/um-baile-no-casarao-do-barao-de.html>. Acesso em 25 jun. 2020.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./out. 2014. ISSN: 0034-7612

COUTO, Estefany Miléo de. **Casarões Históricos de Santarém**: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém, 2013, 261 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano. 5 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém**: momentos históricos. 4 ed. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1996.

IPHAN. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 09 jul. 2020

IPHAN. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

IPHAN. Ofício nº 103/97-9ª/CR/IPHAN/SP. 1997. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Historico_Legislacao_e_Patrimonio_Arquitetonico.pdf. Acesso em 19 jan. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Quadrimestral. ISSN 2176-2767

PAPAVERO, Nelson; OVERAL, William L. (orgs). **Tapérinha**: histórico das pesquisas de história natural realizadas em uma fazenda da região de Santarém, no Pará, nos séculos XIX e XX. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

PINTO, Helena. A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 205-220. 2017. Trimestral.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A Educação Patrimonial no Ensino de História. **Revista Biblos**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199-211. 2008. Semestral. ISSN 0102-4388

TOURINHO, Helena Lucia Zagury; SILVA, Maria Goreti Costa Arapiraca da. Quintais urbanos: funções e papéis na casa brasileira e amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 11, n. 3, p. 633-65, set./dez. 2016. ISSN 1981-8122.

Data de submissão: 18/04/2022

Data de aprovação: 12/07/2022